



AS DINÂMICAS DA SEGREGAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Autores:

Aura Luz Fernandez Abarca - Pontifícia Universidade Católica de Goia - aura8fer@gmail.com

Lucia Maria Moraes - Pontifícia Universidade Católica de Goia - lucia.dhescmoradia@gmail.com

Resumo:

Latino-América cresce economicamente graças a suas cidades cada vez mais globais, mas a desigualdade é uma realidade até certo ponto consolidada na sua sociedade. Para aprofundar o debate da cidade como produto morfológico social, o seguinte trabalho analisa a produção de diferentes paisagens urbanas latino-americanas através de um dos fenômenos mais frequentes da região que é a segregação socioespacial, ao longo de diferentes eventos históricos e contemporâneos. Para um enfoque além do morfológico é abordada a temática da interação territorial intraurbana e como a gestão político-econômica precedente e atual afeta, de maneira física e cultural, o espaço urbano. Desta forma se pretende apontar a cidade da América Latina como fonte de estudos da interação entre a desigualdade histórica e o atual sistema dominante.

AS DINÂMICAS DA SEGREGAÇÃO NA AMÉRICA LATINA.

Uma perspectiva histórica da paisagem urbana.

INTRODUÇÃO

As cidades têm sido observadas como uma manifestação física da humanidade num determinado espaço e é comum que o enfoque de algumas informações de estudo e gestão das urbes só aborde o resultado da interatividade dos seus elementos; ou seja o mero produto morfológico. De forma mais ampla Villarino (1985) apresenta a paisagem urbana como a realidade física incessantemente experimentada pelo homem e para Gomes (2010) as urbes são a associação contextual e histórica com os seres humanos. Surge então a necessidade de uma abordagem mais interdisciplinar e sistêmica dos diferentes fatores sociais, políticos, naturais e econômicos para poder entender as dinâmicas espaciais intraurbanas.

O seguinte texto não se adentra na caracterização morfológica das cidades latino-americanas, porém tem como objetivo central contribuir com a discussão da produção urbana na América Latina, ressaltando um dos seus maiores fenômenos urbanos que é a segregação espacial como produto de diversos aspectos sociais. O critério principal será ponderar alguns fatores históricos e por que não culturais, sem indagar profundamente em cada um deles, mas sim expondo a sua dinâmica com o planejamento urbano. Não abordar essa inter-relação, possibilita a própria fragmentação da ideia do urbano. A esse respeito Gomes (2010, p. 19) aponta.

[...] cometemos frequentemente o equívoco de considerar o fato urbano sob o ângulo único de uma morfologia. A evolução urbana é concebida como transformação ou a progressão simples da forma urbana, e assim nós oferecemos o conforto de trabalhar com uma categoria descontextualizada e trans-histórica. Ao assim fazê-lo, perdemos em contrapartida a capacidade de compreender o conteúdo desta morfologia ou, em outras palavras, escapa-nos a ideia mesmo de vida urbana.

Existe a necessidade de identificar e abstrair sobre os territórios dentro das urbes, já que eles fornecem dados, generalidades, expressões e a evolução da sociedade dentro das cidades; embora a identificação seja imprecisa, já que os territórios se movimentam e interagem constantemente com o tempo e o espaço. Nos dizeres de Gomes (2010) desde o ponto de vista do exercício do poder no espaço, o território pode ser inclusivo/exclusivo,

submisso/subversor e valorado/desvalorizado. Para o autor essas dualidades possibilitam o surgimento de tensões afim de mudar limites, regras e valores para moldar o espaço segundo axiomas sociais específicos; portanto é frequente a associação da palavra território a acontecimentos de conflito e dentro desse contexto também surgem as noções de fronteira, invasão ou conquista, que terão um grande impacto na cultura e o entendimento de ocupar um lugar.

No decorrer da história as diferentes sociedades usaram o espaço de formas específicas segundo seus benefícios econômicos, valores e cultura; delimitando territórios onde suas formas particulares de existência se manifestassem excluindo qualquer fator que questionasse elas. Quando territórios com tipos de sociedade virtualmente diferentes entre si entram em contato surge algum grau de inquietude social. É nesse contexto de tensões que surgem os processos de separação e diferenciação entre grupos sociais. Haesbert (2002, p. 96) indaga sobre isto:

[...] um espaço multiapropriado, onde as contínuas e intermitentes renovações geram um complicado fluxo de deslocamentos. Se o espaço é, como concebemos a princípio, fonte e condição indispensável para a constituição de determinados grupos, é natural que haja neste espaço constantes disputas, avanços e recuos que constituirão os termos necessários em que serão reproduzidas as dinâmicas sociais do ambiente metropolitano.

As tensões sociais entre os habitantes de uma cidade ficam explícitas no espaço. Os indivíduos de uma determinada classe tendem a se agrupar a fim de projetar demarcações e a concentração significativa de uma classe mais do que em qualquer lugar do espaço urbano determina a segregação (VILLAÇA, 1998). O resultado dessa concentração e a tendência a homogeneizar os espaços como forma de territorialização são cidades com regiões específicas e inflexíveis, onde cada fragmento é destinado para um determinado grupo ou função de forma voluntária ou involuntária; mas mesmo assim existe uma interdependência necessária entre esses fragmentos para o funcionamento sistêmico da cidade. Essa dialética é abordada em alguns estudos a partir uma perspectiva ecológica. Em 1986 Gist e Fava conotaram a “segregação ecológica” como a dinâmica entre habitantes diferentes, mas interdependentes entre si.

As paisagens urbanas atuais podem fornecer noções desta dinâmica; para Briceño, Contreras e Owen (2012) elas são o resultado da ação combinada de fatores humanos, fenômenos físicos e naturais, que modificam constantemente o espaço através da história, por diversos processos ao longo do tempo, deixando um rastro visível no desenvolvimento das cidades e dos territórios. Assim, nas seguintes sessões abordaremos algumas paisagens urbanas com algum grau de simetria histórica que os países latino-americanos possuem como a colonização, os processos de emancipação e a globalização; para assim destacar morfologias produzidas pela dualidade da fragmentação/interdependência e que cada vez são mais normalizadas. Diferentes autores ressaltam as especificidades das cidades latino-americanas, entre tanto autores como Gorelik (2005) demarcam a construção cultural como ponto de abordagem para estudar esta região.

DIMENSÃO HISTÓRICA

A segregação na América Latina pode atender a uma lógica “hereditária”. Historicamente a fragmentação do espaço já se justificou por meio de fatores derivados de interações étnicas. Esta parte do mundo teve e tem uma interação cultural intensa e é inexato entender que suas cidades são homogêneas ou totalmente semelhantes entre si, já que além de ter características geográficas vastamente diversas, os territórios que precederam as urbes contemporâneas já tinham diferentes matizes culturais antes mesmo da colonização europeia, e não necessariamente existia contato entre esses territórios. Contudo é notório que os diferentes processos históricos paralelos dos países latino-americanos apresentaram pontos de congruência, o que nos dá bases para desenvolver um estudo colateral de suas cidades. Por um prolongado tempo de sua história, a região, foi considerada essencialmente como fonte de recursos naturais e rurais, fator que limitou a análise e o debate do progresso das suas cidades. Dentro delas se observa que durante a etapa de conquista especialmente espanhola surgiram sobreposições culturais, religiosas, étnicas e essencialmente territoriais. Cidades amplamente habitadas por civilizações ameríndias como Tenochtitlán ou Cusco foram aproveitadas para executar o processo conquistador e validar a cultura europeia. Para Bethell (2004, p. 60) o planejamento urbano era muito mais que um exercício cartográfico, este era um transplante de uma ordem social, política e econômica.

Já na região que agora é o Brasil não se registra a existência de cidadelas extensas, mas diversos autores apontam que existiam mais 1 milhão de habitantes. Os colonos portugueses ocuparam o espaço guiados pelo potencial de exploração econômica das terras e na procura de regiões produtoras de metais preciosos; assim existiu uma interação com os habitantes originais na qual se capturavam os indígenas que não permitiam a exploração da terra e nos locais passíveis de extração de riquezas foram fundados vários povoados (REIS, 2013).

Com a consolidação da conquista os colonizadores materializam a exploração econômica da região, por meio da urbanização e/ou desurbanização de territórios gerando novas cidades, capitais e municípios com o objetivo da produção e reprodução de riquezas; para a Espanha como remarca Bethell (2004, p. 61): “a municipalidade hispano-americana tinha uma identidade corporativa num sistema de império baseado em hierarquias de unidades urbanas e aldeãs.”. Para o autor o planejamento urbano refletia a dominação; como é o caso das vilas indígenas da América Central, onde a localização residencial não indicava algum tipo de posição social ou política, embora sua parte central continha uma igreja católica demarcando uma expressão arquitetônica impositiva, diferentemente das vilas dos espanhóis residentes que projetavam de forma hierárquica um arranjo fiscal, comercial e claramente administrativo.

O crescimento econômico dependia fortemente da escravidão essencialmente africana, tanto na ocupação espanhola e portuguesa, fato que “adicionou uma letra a mais na equação” de interações étnica e culturais. A coexistência de diferentes etnias nas Américas gerou diversos intercâmbios com o espaço e apesar da proximidade ou até mesmo da convivência entre essas etnias nos mesmos bairros, vilas ou cidades; diversos delineamentos foram praticados para distinguir socialmente os habitantes.

Um objetivo central da política de colonização espanhola era a criação de duas “republicas”, uma de espanhóis e outra de índios. O termo república implicava uma polis agro-urbana formada por grupos sociais e ocupacionais funcionalmente integrados e inserida na estrutura do império embora desfrutando de certa independência, ou pelo menos de uma autonomia administrativa (BETHELL, 2004, p.72).

Uma América mestiça surge no decorrer de três séculos de colonização, mas mesmo com os processos de independência e o desejo de formar uma identidade nacional própria, as elites desta nova América continuavam enxergando a cultura europeia como uma referência, omitindo o que não representava esse referencial. A tudo isto outro fato relevante aflora após o surgimento dos movimentos de emancipação: a escravidão seria abolida em diferentes anos do decorrer do século XIX nos novos países americanos; e novas perspectivas sociais surgiriam, produzindo uma nova mutação social nos novos territórios. Podem se destacar algumas cidades nesta nova conjuntura, como o Rio de Janeiro por sua significativa população escravista e sua importância político-econômica. Villa (2013) analisa as regiões centrais desta cidade a meados do século XIX, e nelas são identificadas diversas aglomerações residenciais da população negra e pobre com uma densidade elevada, a comparação de outras áreas da cidade. Para o autor essas moradias contrastavam com as grandes casas das elites, com os imponentes prédios públicos que manifestavam o crescente poder na escala nacional e com os dinâmicos portos de comércio transatlântico. Posteriormente no início do século XX o Rio de Janeiro se vê marcado por uma série de reformas urbanas com o fim de criar uma cidade cosmopolita. Esta reconfiguração da cidade, pelas elites governantes desencadeou a produção de uma cidade mais intrincada e frequentemente conflitante (ARAÚJO, 2015). A insalubridade nas áreas residências de negros e pobres foi a justificativa para forçar a desocupação das áreas centrais da cidade por estas classes sociais, resultando na ocupação acidentada da periferia da cidade. Era o surgimento das favelas; fator histórico que demarcaria profundamente a paisagem da periferia urbana brasileira (figura 1), caracterizada pela conformação estrutural densa e muitas vezes improvisada.

Figura 1. Rocinha, Rio de Janeiro.



Fonte: El Mundo.es, 2011.

LATINO-AMÉRICA URBANA

As migrações massivas e constantes tiveram uma função importante na conformação da cidade latino-americana. A meados do século XX diversos países entram na carreira de geração de riquezas, industrializando e expandindo suas cidades; se guiando pela “bussola” do capitalismo e tendo como modelo referencial a realidade do primeiro mundo. Segundo o escritor e filósofo colombiano German Mejía (2013) a economia externa gerou mudanças e também desequilíbrios no setor agrário da região, o que impulsionou o êxodo rural para as cidades. Denota-se que as urbes se beneficiaram neste processo e que as elites econômicas e políticas impulsionaram estas dinâmicas legitimamente, como no caso do governo colombiano de 1970. Segundo o autor o presidente Misael Pastrana implementou projetos que tinham como objetivo conseguir um nível alto de empregabilidade por meio do traslado de grandes contingentes da população até as urbes e incorporar estes novos habitantes ao setor de construção. Esse cenário se repetiu em outros países da região e se constata que o resultado foi também a ocupação fora dos limites da cidade estrutural e legal pelos pobres do campo (figura 2), já que o crescimento de habitantes desbordou a capacidade de geração de emprego e moradia diante a migração.

Figura 2. Barrio Moravia em Medellin, Colômbia.



Fonte: Blog BID Ciudades Sostenibles, 2014.

Seguindo esse contexto, no Peru a estruturação da sua capital que é Lima, se impregnou significativamente de acontecimentos históricos recentes. Essa cidade também acompanhou a expansão urbana como outras da região, e a sua periferia seria também demarcada por um sentido étnico. Os migrantes do campo provinham geralmente das regiões andinas e na década de 80 a migração foi marcada pelo estado de guerra interna entre o estado e vertentes políticas radicais armadas. Estes conflitos surgiram na área central andina do Peru onde a população indígena local foi a mais afetada tanto pelos radicais como pelo próprio estado, já que o “rosto” tanto dos insurgentes como das vítimas era andino. Esta situação restringiu a segurança e ainda mais a economia dessas regiões o que intensificou a migração às cidades relativamente mais seguras como Lima (QUINTANILLA, 2003). A rápida consolidação e expansão da periferia de Lima sustentou a tensão entre grupos sociais dentro da cidade, o que gerou a formalização de limites físicos por meio de estruturas extensas entre a cidade formal e a cidade informal (figura 3); dessa forma a segregação urbana se admira de forma palpável na sua paisagem (NARANJO, 2016).

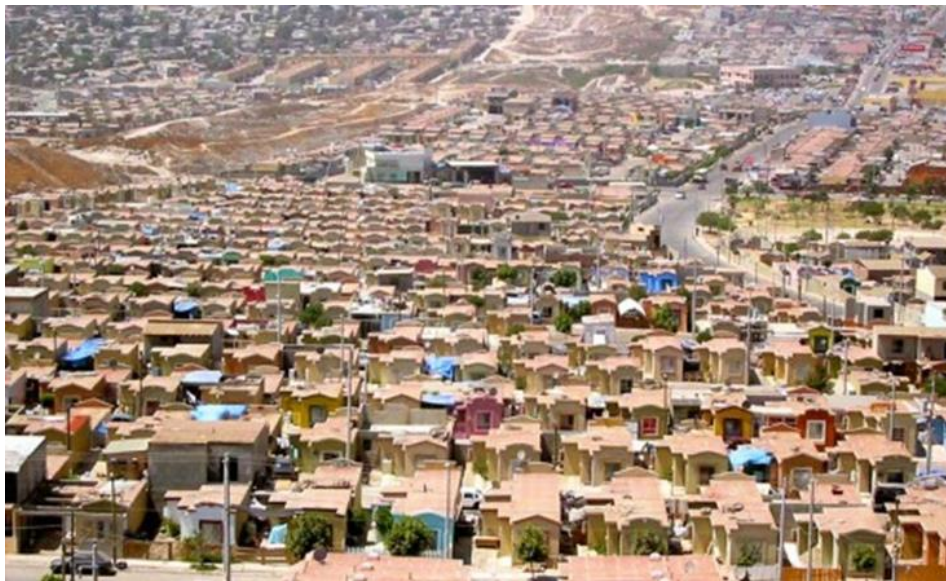
Figura 3. Muro divisor de bairros em Lima, Peru.



Fonte: Daily Mail Online, 2015.

Ante o déficit de moradia que se apresenta com a expansão populacional das cidades, diversas políticas públicas surgiram para amenizar esse problema, ofertando aos habitantes da classe baixa, moradias de baixo custo. Para Pérez (2016) não existe necessariamente um nexo entre essas iniciativas e a melhoria da qualidade de vida dessa classe social, já que muitos dos projetos implementados em diversos países da região foram focados para gerar soluções quantitativas e não qualitativas (Figura 4). Esses projetos denotaram um avanço significativo na melhoria das políticas habitacionais da região, entretanto, no estudo da política habitacional do México por Montejano, Caudillo e Cervantes (2018), se observa que a sua implementação é em grande escala em áreas afastadas e periféricas da cidade o que produz o desmembramento espacial da rede urbana.

Figura 4. Moradia de interesse social em Tijuana, México.



Fonte: La Ciudad Viva, 2010.

Esse tipo de expansão da rede urbana por meio do afastamento dos velhos centros urbanos suscitou e intensificou outros problemas como a falta de acesso a serviços urbanos e o emprego. Partindo da análise dos empreendimentos sociais no Brasil, Rolnik e Klink (2011, p. 108) apontam que este modelo de urbanização se desenvolve de forma fragmentada e desestruturada, o que gera um padrão precário de mobilidade, além de grandes vulnerabilidades urbano-ambientais. Desde uma perspectiva socioeconômica os autores acrescentam:

Sem qualquer política associada de fortalecimento da capacidade e do poder de gestão sobre o território e na ausência de qualquer constrangimento em relação à transferência das mais valias geradas coletivamente sobre o preço da terra, grande parte dos recursos, inclusive dos subsídios públicos, é transferida sobre os preços dos terrenos, provocando um espraiamento ainda maior das cidades e reiterando um processo de exclusão para rendas mais baixas.

Por outro lado, a expansão irregular urbana também se deu pelas elites sociais e políticas já que novas formas de intervenção na morfologia da cidade surgiram a partir de empreendimentos das classes mais abastadas. Em diferentes lapsos de tempo, durante os últimos 50 anos, as elites migraram também para espaços mais isolados; e esse processo não se limita a grandes metrópoles; esse tipo de segregação voluntária também faz parte da morfologia de metrópoles menores, novas e/ou de surgimento planejado como por exemplo a cidade de Goiânia no Brasil. Nela, nas últimas décadas, se observa a construção exponencial de condomínios fechados, muitas vezes de tamanhos de pequenas urbes concomitantes a conjuntos habitacionais de baixa renda e que se caracterizam pelos serviços urbanos de países desenvolvidos, superiores e contrastantes ao do resto da cidade (CALDEIRA 2000). O que

caracteriza esta opção de moradia é a procura de se resguardar dos problemas cotidianos das cidades como a falta de segurança; e por isso também acontece uma materialização física de limites entre grupos sociais e uma delimitação do abastecimento de equipamentos urbanos dentro numa área específica (figura 5); assim os moradores dispõem do que necessitam e evitam a vida coletiva.

Figura 5. Grades de um condomínio horizontal fechado em Goiânia, Brasil.



Fonte: site Imobiliárias em Goiânia.

GLOBALIZAÇÃO

O início do século XXI mostra uma América Latina predominantemente urbana. Mejía (2013), após uma análise de índices fornecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), indica que a primeira década do terceiro milênio, mas especificamente em 2010, a população urbana atingiu o 80% dos seus habitantes, ou seja, de 582 milhões de pessoas, 469 milhões se localizavam em urbes de mais de 20.000 habitantes. Esses números só eram superados por Estados Unidos no mesmo ano, o que significaria que a latino-américa era a segunda área mais urbanizada do mundo. Paralelamente a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) indica que a região apresenta um crescimento econômico positivo para 2018, mas em outra pesquisa, publicada no ano 2017, se alerta sobre a desigualdade elevada, pois a região possui um coeficiente Gini, para os rendimentos pessoais em 2015, o valor médio de 0,469 para 17 países; um nível considerado alto. Diversos teóricos apresentam esse paradoxo como produto da globalização.

No atual período histórico, os territórios se apresentam de uma forma integrada, própria do processo de globalização vigente, o que indica uma

complementaridade e interdependência funcional dos lugares, sobretudo no que tange às estratégias de mercado e mesmo da organização do território para seu funcionamento. Ao mesmo tempo, o território também possui um caráter fragmentário, visto que o espaço geográfico apresenta diferentes densidades materiais, de uso e valores também distintos. É assim que os lugares se diferenciam, segundo suas lógicas de funcionamento e suas diferentes inserções no processo de uso econômico do território (PEREIRA 2006, p. 63).

Para Davis (2006) esse cenário compromete a visão futurista das cidades; as paisagens de estruturas elaboradas e sustentáveis estariam cada vez mais distantes ante uma realidade mais próxima de urbes com uma porcentagem elevada de precarização, miséria, poluição e fragmentação. Esse contexto pode ser explicado pela socióloga Saskia Sassen que em entrevista para jornalista Laura Greenhalgh indica que o surgimento das “cidades globais” (entre elas latino-americanas) radica na criação de geografias de centralidade a partir do sistema dominante e se conectam com os locais vitais da globalização financeira como Nova York. Ao mesmo tempo, o setor da sociedade mais vulnerável migra para essas “cidades globais”, já que num mundo globalizado, são esses os locais que restam para se desenvolver mesmo que signifique a precarização da qualidade de vida. Ferreira (2003, p. 148) explica essa conjuntura nos países não desenvolvidos.

Pois bem, é nesse cenário de antagonismo nada novo que se insere o discurso da globalização, que representa na verdade a continuidade do mesmo processo, com a re-imposição de uma nova matriz capitalista de incorporação de progressos técnicos sobre uma sociedade que sequer resolveu ainda sua histórica situação de subdesenvolvimento, e que alia a extrema dependência externa à profunda desigualdade interna. [...]. Difundem-se modelos de (des)regulação da economia e consequentemente da produção do espaço urbano que respondem à realidade de uma pequena minoria, assentando-se em bases de atraso e desigualdade de caráter estrutural, mesmo que o custo a pagar seja a renúncia em resolver tal atraso e a completa desestruturação industrial e econômica do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A análise retrospectiva apresentada aqui demonstra que a segregação acompanhou o desenvolvimento e a estruturação dos territórios e da paisagem urbana da América Latina. Se observa que a formação da sua cultura avançou paralelamente e não necessariamente independente dos eventos que fragmentaram o espaço e os habitantes. Em certa forma a noção de segregação e seu exercício se consolida como um aspecto cotidiano; convivemos com paisagens profundamente influenciadas por ela, fator que condiciona a concepção de urbanidade nos cidadãos. Como se questiona algo que aparenta ser regular? Existe uma grande divergência da forma de como se vivencia a cidade entre os grupos sociais e mesmo existindo uma interdependência entre eles, a cidade é adaptada e condicionada primordialmente pelo grupo dominante.

As cidades mencionadas aqui, assim como outras da região, nos proporcionam amplos campos temáticos para estudar a urbanidade contemporânea. Percebemos que nelas existem paisagens e territórios complexos, passíveis de análise para um entendimento mais detalhado da globalização e sua influência no planejamento urbano. O fator predatório do capitalismo agudiza a segregação em certo modo histórica da América Latina e são necessárias políticas que abordam essa problemática. Cabe questionar se determinados elementos da globalização podem melhorar a gestão das cidades e se a região deve ativar a canalização desses aspectos do sistema dominante para aprimorar a urbanização, mas para isso é preciso estudar as cidades como um corpo orgânico em constante interação com elementos e atores passados e atuais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Viviane. Exotismos próximos: reflexões sobre a cidade moderna na imagem das primeiras favelas cariocas. *Revista Espaço Acadêmico*, v.14, n. 166, 39-51, março 2015.

ARCIA, D. *¿Puede surgir de un cerro de basura un maravilloso jardín urbano?* Blog BID Ciudades Sostenibles. 30 set. 2014. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/ciudadessostenibles/2014/09/30/de-un-cerro-de-basura-a-un-jardin-urbano/>> Acesso em: 15 de abril 2018.

BRICEÑO A. M., CONTRERAS M. W., OWEN M. Atributos Eco-estéticos del Paisaje Urbano. *Revista Luna Azul [en línea]* n. 34, 26-49, junio 2012.

CALDEIRA, Tereza P. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania*. São Paulo: Edusp, 2000.

CEPAL. *A elevada desigualdade na América Latina constitui um obstáculo para o desenvolvimento sustentável*. maio 2017 Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-elevada-desigualdade-america-latina-constitui-obstaculo-o-desenvolvimento>. Acesso em: 25 de março 2018.

_____. *CEPAL mantiene sus estimaciones para la actividad económica de América Latina y el Caribe: crecerá 2,2% en 2018*. abril 2017 Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-elevada-desigualdade-america-latina-constitui-obstaculo-o-desenvolvimento>. Acesso em: 25 de março 2018.

DAVIS, Mike. *Planeta Favelas*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERREIRA, João. *São Paulo: o mito da cidade-global*. Tese. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. Universidade de São Paulo Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: 2003.

GIST, Noel P. e FAVA, Sylvia F. *La Sociedad Urbana*. Barcelona: Ediciones Omega S.A., 1986.

- GREENHALGH, Laura. *As narrativas da globalização*. Estadão, São Paulo, 05 jun. 2010. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,as-narrativas-da-globalizacao,561969> Acesso em: 14 nov. 2018.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A Condição Urbana: Ensaio de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.
- GORELIK, Adrian. 2005. A produção da 'cidade latinoamericana'. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, 111-133, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo, 6774-6792, março de 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acesso em: 25 de março 2018.
- IMOBILIÁRIAS EM GOIÂNIA. *Imponente sobrado – Alphaville Goiás*. Disponível em: <https://imobiliariasemgoiania.wordpress.com/category/alphaville/> Acesso em: 15 de abril 2018.
- MEJÍA, Germán. *La aventura urbana de América Latina*. Madrid: Fundación Mapfre, Taurus, 2013.
- MONTEJANO, J.; CAUDILLO, A.; CERVANTES, M. Vivienda de interés social, segregación residencial y accesibilidad: análisis de 121 conjuntos urbanos en el arco nororiente del Valle de México, 2001-2010. *Estud. demogr. Urbanos*. México, v. 33, n. 1, 187-224, abril 2018.
- NARANJO, Enrique. Mas allá del muro. La condición urbano territorial del límite en América Latina. *DU & P revista de diseño urbano y paisaje*, n. 31, p. 13-22, maio 2016.
- PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O território sob o "Efeito Modernizador": a face perversa do desenvolvimento. *Interações (Campo Grande)*, v. 8, n. 13, p. 63-69, setembro 2006.
- PÉREZ, Alex. El diseño de la vivienda de interés social. La satisfacción de las necesidades y expectativas del usuario. *Revista de Arquitectura*, n. 18, p. 67-75, junho 2016.
- QUINTANILLA, Tammy. Migración, género y derechos humanos en el Perú. *Revista Aportes Andinos*, n. 7, 5-10, outubro de 2003.
- REIS, Nestor Goulart. *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.
- REYES, C; BARAONA E. *De las células domésticas a los 30m2*. La ciudad viva. 27 set. 2018. Disponível em: <http://www.laciudadviva.org/blogs/?p=6904> Acesso em: 15 de abril 2018
- ROBINSON, J. *Peru's ten-foot high Wall Of Shame topped with razor wire which divides the rich and poor to stop the less well-off stealing from the wealthy*. Daily Mail Online. 22 set. 2015. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3370316/Peru-s-ten-foot-high->

Wall-Shame-topped-razor-wire-divides-rich-poor-stop-stealing-wealthy.html> Acesso em: 15 de abril 2018

ROLNIK Raquel; KLINK Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 89, 89-109, Mar. 2011.

TEJERA, L. *Brasil, el mayor consumidor de drogas de Sudamérica*. El Mundo.es 15 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/america/2011/03/03/brasil/1299189300.html>> Acessado em: 15 de abril 2018

VILLA, Carlos E. Aglomeraciones residenciales de negros libres en Río de Janeiro (Brasil) y Richmond (Virginia, Estados Unidos) a mediados del siglo XIX. *Espaço e Economia [Online]*, v.2, n. 3, dez. 2013.

VILLARINO, M. T. *Curso sobre evaluación de impacto ambiental, dirección general del medio ambiente*. Madrid: M.O.P.U., 1985.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998.